

Juventude em Comunicação: A promoção do direito à comunicação pelo Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) para as juventudes de Fortaleza

Francisco George Costa Torres

Introdução

O presente trabalho é resultado das reflexões da pesquisa em andamento sobre a importância das políticas aplicadas pelo Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) como forma de promoção do direito à comunicação entre os jovens moradores de bairros periféricos da cidade de Fortaleza - Ceará. A pesquisa objetiva compreender de que maneira o entendimento dos jovens sobre os direitos da juventude e, mais especificamente, o direito à comunicação é construído nas políticas públicas voltadas para os jovens, e como esse entendimento pode se transformar em potência de ação entre esses indivíduos, a partir de artigos e dissertações publicados entre 2015 e 2018.

O Cuca é um equipamento municipal que se destaca por oferecer cursos técnicos, atividades na área da comunicação, prática de esportes, formações nos mais diversos âmbitos e práticas culturais, atendendo jovens de 15 a 29 anos. Atualmente são 3 centros, localizados nos bairros Barra do Ceará, Mondubim e Jangurussu, geridos pelo Instituto Cuca e mantidos pela Prefeitura de Fortaleza por meio da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. Os Cucas atendem jovens de 15 a 29 anos, e tem como objetivo oferecer cursos técnicos, atividades na área da comunicação, prática de esportes, formações amplas e incentivo a práticas culturais, organizando eventos e festivais culturais de forma recorrente.

Tratando das questões da juventude, a UNESCO (2004), define jovem, para fins demográficos, como um grupo populacional entre 15 e 29 anos de idade¹. O Estatuto da Juventude², no Art. 1º, parágrafo 1, também define jovem com essa mesma faixa etária, entre 15 e 29 anos. Entretanto, segundo o próprio relatório da UNESCO, a juventude não pode ser tratada como uma fase da vida que possui começo e fins rígidos, pois as formas de se viver a juventude são distintas nos mais diversos lugares do mundo, de forma que

nem todas as pessoas de uma mesma idade percorrem esse período vital da mesma forma, nem atingem tal meta ao mesmo tempo, daí que a partir da sociologia e da ciência política se insiste na necessidade de se incorporarem outras dimensões de análise (UNESCO, 2004, p. 25).

De acordo com o relatório “Situação da População Mundial 2014” do Fundo de População das Nações Unidas (2014), existem atualmente 1,8 bilhão de jovens entre 15 e 24 anos no mundo. Só no Brasil, são cerca de 51 milhões. Para Velho (2006), devem ser considerados os diversos modos de se viver a juventude, ou

-
- 1 Apesar da Assembleia Geral das Nações Unidas ter definido, em 1985, jovem como um grupo de pessoas entre 15 e 24 anos, quando se leva em consideração a inserção das classes médias e altas de áreas urbanizadas, essa faixa se amplia.
 - 2 Disponível em <<https://goo.gl/QWFtg2>>. Acesso em 17 jun. 2018.

“juventudes”, como o autor coloca, percebendo-a em sua amplitude, heterogeneia e complexidade, evitando simplificações na categorização dessa fase.

Pais (1990) comenta que a juventude é recorrentemente retratada como um momento de instabilidade diretamente relacionado a problemas sociais. Já Abramo (1997, p. 29) comenta que algumas correntes da sociologia tratam a juventude como um momento incerto por ser permeado por diversas tensões, pois é nele que o indivíduo se apropria da cultura e pode se inserir na sociedade e assumir “papéis adultos”. Para a autora,

(...) a juventude só está presente para o pensamento e a para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

O Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), promulgado em 2013, foi um importante ponto de virada na discussão sobre os direitos da juventude. Ao tratar sobre questões desde a autonomia jovem até a sua participação efetiva na esfera política, o Estatuto serve como base para diversas políticas públicas aplicadas às camadas juvenis da sociedade.

Ao tratar sobre o direito à comunicação, na Seção VII, intitulada “Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão”, o Estatuto explicita no Artigo 26 que “O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.”³. Assim, fica clara a importância não só do consumo midiático e do acesso às mídias, mas também da prática da produção midiática na formação desses sujeitos na sociedade contemporânea.

Mattelart (2009) entende que a democratização da comunicação e a ampliação do direito à comunicação são uma parte inseparável dos direitos sociais e civis. Peruzzo (2007) comenta que a concepção de direito à comunicação vem sendo renovada nos últimos anos ao se relacionar esse direito enquanto um acesso ao próprio poder de comunicar, pois

3 Retirado de <<https://goo.gl/SvGLoq>> Acesso em 17 jun. 2018.

As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas no direito de expressar-se por “quaisquer meios” – o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar. (p. 11-12)

Os trabalhos apresentados a seguir levantam questões não só do Direito à Comunicação, mas da defesa dos direitos da juventude e a sua intersecção com o campo da comunicação. Será apresentada a metodologia utilizada para análise do material recolhido utilizado na produção deste artigo, além de reflexões decorrentes do processo de leitura desses trabalhos.

Metodologia

Como exposto anteriormente, o presente artigo busca entender como o direito à comunicação é construído nas políticas públicas voltadas para os jovens, partindo de artigos e dissertações que tragam os Cucas, os direitos das juventudes e a comunicação como questão central das pesquisas.

Os artigos selecionados foram coletados a partir de buscas em anais de congressos e seminários locais, nacionais e internacionais voltados para a área da comunicação, políticas públicas e geografia. Como critério de seleção, foram avaliados artigos que trouxessem o Cuca como objeto da pesquisa e que foram publicados entre 2015 e 2018. Dessa forma, foram lidos os resumos dos trabalhos e, posteriormente, os trabalhos completos.

A partir dessa busca, foram encontrados três artigos que tratavam das questões centrais da pesquisa, sendo seus títulos “Juventudes e Cidadania: Rede Cuca e a Campanha sobre os Direitos dos Jovens” de Samaísa dos Anjos, publicado nos anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM, ocorrido em 2015 na cidade do Rio de Janeiro – RJ; “Juventudes nas ondas do rádio: A participação dos jovens nas produções da radiofônica Cuca (Barra do Ceará)” de José Augustiano Xavier dos Santos e Catarina Tereza Farias de Oli-

veira, publicado no Congresso Internacional de Comunicação e Consumo – COMUNICON, ocorrido em 2015 na cidade de São Paulo – SP; e, por fim, o artigo “O uso do espaço urbano, por meio das políticas públicas de cultura para a juventude: o caso do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Barra, em Fortaleza – CE”, de Rachel Facundo de Oliveira, publicado nos anais do Seminário Comércio, Consumo e Cultura nas cidades, ocorrido em Sobral – CE no ano de 2017.

Em seguida, usando os mesmos critérios de seleção, foram buscadas dissertações que também tratassem dessas temáticas, a partir da pesquisa na base de Teses e Dissertações da Capes. Foram encontradas três dissertações que se enquadravam nos critérios buscados.

A primeira, tendo como título “Redes de Significação e Interação: A internet como cenário de narratividade das experiências de vida dos/as jovens do Cuca da Barra do Ceará”, parte da pesquisa de Jaiane Araújo de Oliveira, desenvolvida no ano de 2015 no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, orientado pela Profa. Dra. Rosemary de Oliveira Almeida.

A segunda dissertação, denominada “Em busca das periferias nas narrativas das juventudes do Cuca Barra: Acompanhando processos de comunicação e produção de sentidos”, é resultado da pesquisa desenvolvida por Samaísa dos Anjos, defendida em 2017 e orientada pelo Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.

A terceira e última dissertação selecionada, que tem como título “Apropriações da comunicação nos espaços institucionais do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Mondubim”, foi desenvolvida por José Augustiano Xavier dos Santos, orientado pela Profa. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira e defendida no ano de 2017, também pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará.

Dessa forma, após a categorização dos trabalhos e divisão por área de todos os trabalhos selecionados, dissertações e artigos, foi verificado que quatro deles (66% do total) estão inseridos na área de Comunicação, sendo duas dissertações e dois artigos; um trabalho (16% do total) se encontra na área de Políticas

Públicas, sendo uma dissertação; e um trabalho (16% do total) na área de Geografia, sendo um artigo publicado em anal de evento ligado à área em questão. Sabendo que somente a leitura dos resumos do trabalho não seria suficiente para se entender a totalidade dessas pesquisas (FERREIRA, 2002), todos os materiais foram lidos na íntegra e relacionados como forma de se verificar essas pesquisas em suas temáticas, metodologias e referenciais utilizados, possibilitando uma melhor observação e sistematização das formas como esses debates vem sendo abordadas nos últimos anos por produções científicas da área.

Resultados

Ao se buscar as questões sobre o direito à comunicação no Cuca, e a relação com os direitos da juventude, algumas questões foram surgindo enquanto os trabalhos eram analisados. Anjos (2015)⁴ expõe algumas questões pertinentes para compreender melhor como o Cuca se relaciona com a defesa dos direitos da juventude a partir de suas atividades internas.

Na pesquisa apresentada, a autora comenta um pouco sobre algumas iniciativas da Rede Cuca para promover um maior entendimento pela juventude atendida sobre seus direitos, como é o caso da campanha “#todojovemtemdireito”, que tratou de forma mais ampla sobre os direitos da juventude tendo como parâmetro o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852). A campanha foi realizada durante o mês de Maio de 2015, nos três equipamentos simultaneamente, em que quatro temáticas principais foram abordadas: Trabalho digno; Educação, cultura, arte e lazer; Violência contra a juventude e Protagonismo e participação juvenil.

De acordo com a autora, esse debate sobre as questões dos direitos da juventude se mostra importante pois

discutir os direitos das juventudes – acessíveis a tão poucos, tanto no conhecimento quanto na efetivação – se mostra como mais um passo para o fortalecimento da posição do jovem enquanto indiví-

4 Análise do artigo “Juventudes e Cidadania: Rede Cuca e a Campanha sobre os Direitos dos Jovens”.

duo que percebe seu espaço, o discurso atravessado pelos territórios e vivências e as possibilidades diante de si. (ANJOS, 2015, p. 9)

Ao tratar sobre o Estatuto da Juventude, Anjos (2015) comenta acreditar que o documento pode ser visto como um importante ponto de virada no debate sobre a garantia e defesa dos direitos das juventudes, na medida em que ele garante “a possibilidade de vislumbrar como tais direitos podem ser potencializados nas atividades de diálogo, formação e troca de experiências com os jovens” (p. 1). Além disso, a abrangência das temáticas que o Estatuto aborda servem como norteamento para que políticas públicas, como é o caso da Rede Cuca, possam atuar de forma a proteger a juventude.

Por fim, Anjos (2015) comenta que, apesar das atividades da Rede Cuca ainda serem muito recentes, dentre elas as campanhas e ações para as juventudes locais, a carência desses espaços de atividades para se pensar e debater as questões da juventude na cidade de Fortaleza faz com que o Cuca se configure como um ponto de convergência para encontros de habilidades e desejos da juventude, um importante local de socialização onde o fazer jovem se constitui. Dessa forma, “para além dos processos para o maior conhecimento dos próprios direitos, o desafio posto é a de conseguir formar caminhos, para que tais direitos se efetivem por meio da participação e ação das juventudes” (p. 12).

Avançando na análise dos artigos, Santos e Oliveira (2015)⁵ tratam de forma mais direta das questões da comunicação, a partir da análise das produções radiofônicas desenvolvidas pelas juventudes participantes das atividades de comunicação em junho de 2015, sendo eles o Programa “Mistura”, o Programa Prosa *Nerd* e o Programa Cuca no Ar. Nessa análise, os autores buscaram verificar como a dimensão da participação era observada nessas produções, a partir do estudo dos materiais radiofônicos e de entrevistas com os jovens comunicadores em questão, trabalhando com as categorias de participação, comunicação popular e juventudes.

5 Análise do Artigo “Juventudes nas ondas do rádio: A participação dos jovens nas produções da radiofônica Cuca (Barra do Ceará)”

Fazendo uma diferenciação entre o Estatuto da Juventude e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069), os autores comentam que o Estatuto da Juventude atende os jovens entre 15 e 29 anos, sendo mais abrangente que o Estatuto da Criança e do Adolescente, que atende adolescentes com idade entre 15 e 18 anos. Entretanto, os dois estatutos devem ser observados de forma complementar para se garantir uma plena defesa dos direitos desses jovens e adolescentes.

A partir das entrevistas realizadas e análise do material, o artigo constata que existe uma preocupação por parte da equipe do Cuca com o incentivo à participação nos jovens envolvidos pelas iniciativas radiofônicas do Cuca. Entretanto, essa dimensão está muito mais voltada à participação nas atividades do próprio Cuca do que a participação nos processos de produção do rádio.

Os autores comentam, por fim, que essa dimensão de participação, direito garantido pelo Estatuto da Juventude, deve ser cada vez mais estimulada nos diversos espaços que os jovens transitam, pois através dele é possível combater a cultura do silêncio e/ou de dominação entre esses jovens, periféricos, há tanto oprimidos.

Trazendo um debate mais profundo sobre as políticas públicas para a juventude na cidade de Fortaleza, o artigo de Oliveira (2017)⁶ relaciona os Cucas, as políticas públicas e a defesa de direitos dessa parcela da população atendida pelos equipamentos, na maioria jovens moradores de regiões periféricas da cidade.

O texto analisa de que modo as políticas públicas voltadas para a juventude servem ao processo de democratização da cultura, investigando quais as motivações e problemas enfrentados pelos jovens moradores da cidade de Fortaleza, a partir do entendimento de como o Cuca pode ter modificado as relações socioculturais de seus frequentadores a partir de sua construção, tendo como foco o Cuca localizado na Barra do Ceará.

6 Análise do artigo “O uso do espaço urbano, por meio das políticas públicas de cultura para a juventude: o caso do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Barra, em Fortaleza – CE”

Apesar da autora citar de forma muito breve o Estatuto da Juventude e o Estatuto da Criança e do Adolescente como norteadores das políticas públicas aplicadas no Cuca, o artigo trata a construção dos Cuca na cidade de Fortaleza como uma conquista de direitos de toda a população moradora da cidade. Para ela,

A criação de um grupo de equipamentos como é a Rede Cuca tenta estabelecer relações sociais como forma de satisfazer às demandas particulares e, assim, adquirir uma ampliação da qualidade de vida por meio da dialética entre as dimensões privada e a esfera pública. (OLIVEIRA, 2017, p. 7)

A partir de uma análise mais profunda sobre esses processos envolvendo o Cuca Barra, sendo este o primeiro Cuca criado na cidade de Fortaleza, a autora comenta acreditar que o Cuca Barra serve como dinamizador, produtor e difusor de bens culturais na cidade. Apesar de reconhecer que “O Cuca Barra não é o suprasumo de uma política pública de cultura, nem em termos de equipamento” (OLIVEIRA, 2017, p. 10), é importante que se olhe o projeto do Cuca como um marco para a defesa dos direitos da juventude na cidade, possibilitando outras formas de se pensar a atuação e as políticas públicas a partir dessa já existente.

Entrando na análise das dissertações selecionadas, o texto de Oliveira (2015)⁷, investiga como as experiências vivenciadas pelos jovens comunicadores no Cuca Barra significam suas experiências de vida mediante o uso das tecnologias digitais, a partir da relação estabelecida entre os espaços online e offline que esses jovens habitam. Partindo de uma pesquisa de base qualitativa e utilizando-se da etnografia virtual, a autora tentou estabelecer uma aproximação com a juventude local, selecionando 8 jovens que eram membros ativos da página Comunidade em Pauta.

7 Análise da dissertação “Redes de Significação e Interação: A internet como cenário de narratividade das experiências de vida dos/as jovens do Cuca da Barra do Ceará”

A partir de sua entrada em campo, a autora constata que o Cuca se constitui como um espaço de expressão artística e cultural para os jovens moradores do seu entorno, de modo que

O espaço do CUCA, assim como o das redes sociais da internet, era o espaço de convivência, no qual os jovens conseguiam experimentar o mundo para além de seus limites geográficos e suas dificuldades — que alguns desses jovens, especialmente um deles, viviam na família e na residência. (OLIVEIRA, 2015, p. 39)

Na questão da defesa dos direitos da juventude, a autora ressalta a importância de perceber esse jovem como um sujeito de direitos, principalmente os jovens moradores de bairros mais vulneráveis, como é o caso da Barra, que tiveram historicamente seus direitos violados e negligenciados pelos órgãos públicos (OLIVEIRA, 2015, p. 66).

Por fim, o texto ainda cita as novas tecnologias da informação, principalmente as redes sociais, como ambientes onde existe uma maior possibilidade de constituição de espaços onde essa juventude pode exercer a sua participação e interagir com outros que também vivenciam situações, como é o caso do Facebook, foco da análise. A partir da exposição das narrativas de vida desses jovens, ao terem suas histórias e vidas tornadas abertas nessa plataforma,

os jovens sentem que podem ter essas experiências compartilhadas e compartilhadas com seus amigos, ainda que cada um deles pertença a contextos sociais diferenciados, compartilhem linguagens, valores, estilo, cultura e comportamentos diferentes. (OLIVEIRA, 2015, p. 100).

Já a dissertação de Henrique (2017)⁸ apresenta de forma mais detalhada as questões sobre a construção da periferia nas produções audiovisuais dos jovens comunicadores participantes do Conexões Periféricas, a partir de uma pesquisa

8 Análise da dissertação “Em busca das periferias nas narrativas das juventudes do Cuca Barra: Acompanhando processos de comunicação e produção de sentidos”

com base etnográfica, acompanhando o processo de formação desses jovens, usando os conceitos de juventudes, periferia e produção audiovisual.

Comentando sobre a legislação dos direitos da juventude, a autora expõe um pouco sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude dando destaque, nesse último, ao artigo que trata sobre o direito à comunicação, ao apontar o Art. 26 do estatuto⁹. Para ela, esse trecho do Estatuto da Juventude demonstra a importância do

entendimento dos jovens como produtores de comunicação, de narrativas sobre suas experiências, de organização de discursos e de opiniões, de subjetividades, de enfrentamento dos caminhos de participação na elaboração de políticas públicas para as diversas áreas (HENRIQUE, 2017, p. 33)

A partir da análise dos episódios que foram veiculados pelo Conexões Periféricas e das reuniões presenciais de formação e decisão de pauta, a autora comenta que, apesar do esforço para que os jovens do Cuca fossem autônomos nesse processo de produção, muitas vezes as questões levantadas por eles no processo de escolha das pautas dos programas mostravam claramente uma falta de questionamentos críticos sobre essas decisões, além de uma preocupação por parte desses jovens de se atender às expectativas da equipe do Cuca, pois

os jovens sentiam lacunas na possibilidade de discutir as pautas, as abordagens, de entender melhor temáticas que julgavam interessantes, mas não achavam que tinham o repertório desejado por eles e, possivelmente, pelas expectativas alheias. (HENRIQUE, 2017, p. 120-121)

Entretanto, a pesquisa deixa clara a importância de se entender esses processos, principalmente no que diz respeito à comunicação de jovens moradores de

9 “O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.” Retirado de <<https://goo.gl/SvGLoq>> Acesso em 17 jun. 2018.

bairros periféricos, de modo a buscar compreender como esses jovens comunicadores do Cuca

produzem suas narrativas acerca de suas trajetórias e, especialmente, no movimento das periferias, das produções que dialogam com a compreensão das trilhas que permeiam, aproximam, distanciam, criam e diferem as periferias foi e é, para nós, avançar nas possibilidades de diálogo, encontro e invenção com essas juventudes. (HENRIQUE, 2017, p. 133)

Na última dissertação analisada para este trabalho, Santos (2017)¹⁰ aborda a relação entre a construção das produções midiáticas pelos jovens comunicadores do Cuca Mondubim e as apropriações das ideias de comunicação alternativa e popular nessas produções.

Ao longo do trabalho, que também tem como base a etnografia, o autor comenta a sua trajetória no campo, o seu olhar como pesquisador e a sua participação nos processos do Cuca. Em um primeiro momento, foram entregues questionários aos jovens participantes do Frequência Cuca e do Conexões Periféricas, buscando se entender melhor o perfil desses jovens que participam das ações do equipamento municipal. Após, utilizando a categoria de apropriação, o pesquisador observou como as questões da comunicação alternativa e comunitária eram desenvolvidas por esses jovens em seus processos de produção midiática.

O trabalho busca entender como essas práticas comunicacionais se relacionam com a dimensão institucional do Cuca. Dessa forma,

É por meio da reflexão dessas práticas comunicacionais ligadas ao audiovisual, [...] que buscaremos compreender melhor como os jovens se apropriam ou não, dos processos audiovisuais e como a dimensão institucional se apresenta nessas práticas. (SANTOS, 2017, p. 92)

10 Análise da dissertação “Apropriações da comunicação nos espaços institucionais do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Mondubim”

Entendendo a movimentação dos jovens nos espaços do Cuca e a partir do acompanhamento do processo de produção, Santos (2017) comenta que, para além de se discutir a apropriação dessas juventudes atendidas pelo Cuca nas atividades ligadas a comunicação comunitária, é importante que se entenda também qual a comunicação pretendida pela equipe da Rede Cuca. Acima de tudo, verificar como esses discursos institucionais podem impactar na formação e na produção desses jovens, em como eles pensam a comunicação e como efetivamente a produzem.

Por fim, o autor conclui o texto explicitando as dificuldades da equipe da Rede Cuca de estabelecer um efetivo diálogo entre a prática e a teoria da comunicação, pois os jovens muitas vezes se prendiam às questões mais operacionais e deixavam as questões teóricas e reflexivas de lado. Muitas dessas produções estavam voltadas para as atividades ocorridas no próprio Cuca, o que limitava um pouco as possibilidades de atuação desses jovens. Mesmo com um esforço da equipe do Conexões Periféricas, “notou-se que o foco do programa era a divulgação das atividades que estavam ocorrendo ou que irão acontecer no equipamento.” (SANTOS, 2017, p. 148)

É importante se pensar a participação na comunicação de forma efetiva, não apenas atendendo as demandas de uma instituição, mas que a juventude tenha realmente liberdade para propor e colocar em prática os seus interesses, e que o poder público possa fornecer subsídios para que esses direitos sejam efetivamente garantidos.

Considerações Finais

Partindo da análise dos artigos e dissertações acima, foi possível observar que os Cuca, como espaço de socialização de jovens moradores das periferias da cidade de Fortaleza, tem um importante papel na conscientização sobre os direitos dessa parcela da população. A partir de ações desenvolvidas nos três Centros, esses direitos podem ser melhor entendidos por essa juventude, dentre eles o Direito à Comunicação, principalmente nas ações de comunicação da Rede Cuca.

Para além disso, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852), promulgado em 2013, também é considerado um importante ponto na discussão sobre esse direito à

comunicação e outros direitos da juventude, servindo como base para muitas das ações promovidas pelos Cuca em Fortaleza. O Estatuto apareceu em boa parte dos trabalhos analisados como um grande e importante norteador dessas políticas públicas para a Juventude, apesar de seu pouco tempo de existência.

Apesar de algumas ações do Cuca não estarem ainda consolidadas, muitas ainda sendo testadas e tendo a sua efetividade analisada, não se pode negar a importância desse equipamento na vida dos jovens atendidos. A partir dessa política pública da Prefeitura de Fortaleza, muito se tem sido feito para mudar e reconstruir a trajetória desses jovens. É preciso que mais pesquisadores se debrucem sobre o Cuca e a defesa da juventude como forma de entender como outros direitos, como é o caso do direito à comunicação, estão sendo defendidos de forma mais clara nos processos do equipamento municipal.

As atividades desenvolvidas pela Rede Cuca, voltadas para a formação de uma juventude consciente de seus direitos, também são importantes meios para que se reconheça cada vez mais o jovem como um sujeito de direitos, para além de seus problemas sociais e dificuldades que podem perpassar essa fase da vida.

Referências

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5 e 6, p. 25-36, 1997.

ANJOS, S. Juventudes e Cidadania: Rede Cuca e a Campanha sobre os Direitos dos Jovens. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38., 2015. *Anais...* Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, N.S.A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

HENRIQUE, S. *Em busca das periferias nas narrativas das juventudes do Cuca Barra: Acompanhando processos de comunicação e produção de sentidos*. 2017. 144 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, 2017.

MATTELART, A. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo. V.32, n.1, p. 33-50, jan-jun 2009.

OLIVEIRA, J. *Redes de Significação e Interação: A internet como cenário de narratividade das experiências de vida dos/as jovens do Cuca da Barra do Ceará*. 2015. 115 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal do Ceará, 2015.

OLIVEIRA, R. O uso do espaço urbano, por meio das políticas públicas de cultura para a juventude: o caso do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Barra, em Fortaleza – CE. In: Seminário Regional de Comércio, Consumo e Cultura nas cidades, 3., 2017. *Anais...* Sobral, 2017.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, v. 25, n. 105- 106, 1990.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF*. Vol.1, nº 1, jun 2007.

SANTOS, J. *Apropriações da comunicação nos espaços institucionais do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA Mondubim*. 2017. 151 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará, 2017.

SANTOS, J.; OLIVEIRA, C. Juventudes nas ondas do rádio: A participação dos jovens nas produções da radiofônica Cuca (Barra do Ceará). In: Congresso Internacional de Comunicação e Consumo, 5., 2015. *Anais...* São Paulo, 2015.

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com as juventudes*. – Brasília: 2004.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, Relatório sobre a Situação da População Mundial 2014. Disponível em < <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2014.pdf> Acesso em 10 out. 2018.

VELHO, G. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. ALMEIDA, M.; EUGENIO, F. (orgs.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Sobre o autor

George Torres é formado em Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Ceará e estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na mesma instituição. Atualmente é membro do LabGRIM – Laboratório de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia, desenvolvendo pesquisa sobre o direito à comunicação entre os jovens comunicadores atendidos pelo Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA), na cidade de Fortaleza - Ceará, sob orientação da Profa. Dra. Inês Sílvia Vitorino Sampaio. Email para contato: georgefctorres@gmail.com